

RECENSÃO

Edmundo Balsemão Pires, *Esquemas Culturais: Uma abordagem Conceptual da Cultura*, Novas Edições Acadêmicas, 2020, ISBN: 978-620-0-79425-3. 144 pp.

Edmundo Balsemão Pires, *Esquemas Culturales: un Enfoque Conceptual a la Cultura*, Editorial Acadêmica – Español, 2020, ISBN: 978-620-0-38947-3. 144 pp.

Edmundo Balsemão Pires, *Schèmes culturels: une approche conceptuelle de la culture*, Éditions Universitaires Européennes, 2020, ISBN: 978-613-9-56401-9. 144 pp.

Edmundo Balsemão Pires, *Kulturelle Schemata: Eine konzeptuelle sichtweise der kultur*, Akademiker Verlag, 2020, ISBN: 978-620-0-66492-1. 165 pp.

Publicado em finais de 2018, *Cultural Schemata - a Conceptual Approach to Culture*, da autoria de Edmundo Balsemão Pires, conheceu em Março passado quatro novas edições nas línguas portuguesa, espanhola, alemã, francesa e italiana. A ocasião dá ensejo a esta recensão, bem como a uma breve reflexão sobre a pertinência da sua abordagem e propostas que tem por pano de fundo o recrudescimento de batalhas em torno do reconhecimento de direitos e pretensões culturais.

Tal como ocorre nas demais obras do autor, *Esquemas Culturais* procede de uma articulação clara das ideias que nunca sacrifica o rigor na problematização e na argumentação. O seu estilo, rico em formulações diretas e incisivas, surge aqui ainda mais apurado, dispensando tanto as notas de rodapé como as cascatas de referências que, a pretexto de informação e suporte, tantas vezes entulham a consideração dos problemas. Contudo, essa estratégia expositiva não prescinde do debate das mais atuais discussões no âmbito da filosofia política ou da literatura sobre cultura e sociedades multiculturais, algo também evidenciado pela inclusão, no final de cada ensaio, das referências mais relevantes para os temas abordados. Por outro lado, a plêiade de autores clássicos do pensamento filosófico é invariavelmente convocada para traçar a génese conceptual dos problemas. A conjugação desses fatores permite uma análise da “cultura” e dos padrões de observação cultural que, face ao triunfo

das fórmulas e tempos da comunicação massificada, pedagoga maior da sociedade de opinadores, alguns poderiam julgar excluída do inquérito filosófico. Ao invés de um acantonamento na origem histórica dos conceitos de cultura, apostado em preservá-la da contaminação pelas observações orientadas pelas categorias comparativas e evolutivas europeias, Edmundo Balsemão Pires mostra como aquelas mesmas categorias e as suas instanciações psíquicas e comunicativas são constitutivas da formação dos esquemas e enunciados culturais. Torna também evidente que de um hegeliano não devemos esperar o apego a identidades estanques.

Cada um dos quatro capítulos que compõem o livro corresponde a um ensaio autónomo, contudo o amadurecimento de alguns conceitos e uma melhor compreensão da problemática da origem das descrições culturais serão propiciados pela leitura contínua.

No primeiro ensaio – “Perspectivas Antropológicas Elementos Orgânicos, Psíquicos e Sociais na Individuação do Génio nos Séculos XVII-XVIII” – mostra-se como a emergência da semântica da cultura no século XVII só pode ser compreendida atendendo aos cruzamentos disciplinares de História Natural, Medicina, Antropologia, Política e Filosofia da História. Assente no continuum fisiológico-psíquico que serviu para recuperar a ideia de genialidade, a figura do *Genius der Völker* de Herder refere um florescimento individual que, justamente pela sua inscrição territorial e climática, fornece expressão sublime a costumes e tradições que primeiramente brotaram da necessidade de um povo. Animadas por uma imaginação geogénica pautada pelos ritmos primevos de uma coletividade, as canções do bardo exteriorizam e exaltam nos demais membros as referências da pertença comum. Os atuais representantes das culturas, sucedâneos da figura do “intérprete nativo”, tendem a arrogar-se uma semelhante capacidade de vivificação do legado cultural, fornecendo descrições autênticas de costumes, hábitos e histórias da sua coletividade. Contudo, incorrem frequentemente na naturalização do que entendem por cultura, obliterando que é a sua própria enunciação, moldada por categorias contrastivas, que visa a determinação do interior face ao exterior, que permite isolar comunicativamente a cultura. Trata-se do que Edmundo Balsemão Pires denomina de “citações psíquicas” de um vasto conjunto de processos comunicativos de formação e associação de símbolos.

O segundo ensaio – Em uma Paisagem Filosófica. A sociedade civil de Hegel como um princípio de divisão na Eiticidade – centra a sua análise nas concepções de Hegel sobre a sociedade civil, evidenciando como as mesmas estão longe de se resumir a uma teoria do trabalho e da linguagem como meios de reconhecimento das consciências, como tantas vezes se pretende partindo de uma leitura atida à *Fenomenologia do Espírito*. Desde Jena que o filósofo descreve a *Entzweiung* da sociedade civil atendendo às consequências inelutáveis do desenvolvimento do mercado como meio anónimo de identificação e resposta às necessidades humanas, mas também aos valores não comunitários do seu sujeito e objeto: o cidadão. Volvidos dois séculos sobre a sua publicação nas *Grundlinien der Philosophie des Rechts* eram já expostas algumas das dificuldades, contradições e riscos inerentes às reivindicações

apoiadas numa identidade cultural acriticamente concebida como autêntica. Tida em conta a sua génese histórica, a sua emergência a partir de categorias comparativas e evolutivas da etnografia europeia, a cultura só tem lugar como discurso induzido por categorias e observações que procedem de uma fronteira comunicativa. O percurso pelas operações de tradução inerentes à fixação de uma identidade cultural diferenciada, com símbolos e valores reforçados narrativa e cerimonialmente, revela como a sua construção da pertença depende tanto de categorias como de suportes estranhos ao poço sem fundo – assim lhe chamará Thomas Mann – da história de uma coletividade.

No terceiro capítulo – Esquemas da percepção e esquemas comunicativos no conceito de cultura – argumenta-se que “o conceito histórico de cultura representa um caso especial de construção preceptiva das cadeias da comunicação” (p. 64). Os esquemas culturais, semelhantes a sistemas de modelação, fornecem um código de compreensão e ação segundo uma imagem do mundo. Mas não estamos diante da subscrição de um funcionalismo ingénuo, segundo o qual a ideologia cultural seria reflexo de uma prestação da infraestrutura socioeconómica ou analisável segundo uma linearidade evolutiva. A cultura é um dos meios através dos quais podemos acompanhar uma coevolução de sistemas psíquicos e comunicativos, garantida nas sociedades pré-modernas pela ritualização segundo a memória e a imaginação reprodutivas. Justamente em virtude da instabilidade inerente à reprodução orientada pelo sentido, tanto a coordenação entre aquelas formas como a preservação, a renovação ou as crises da cultura não obedecem a uma necessidade identitária de tipo metafísico nem a uma lógica abstrata. São sim o resultado sempre provisório de negociações em torno da representação identitária segundo a sua adaptação comunicativa.

As condições de enunciação do discurso cultural e as formas de enação cultural na sociedade moderna são erigidas a partir da fronteira entre o de dentro e o de fora. E ainda que pareçam presumir a existência da cultura como tal, anterior à observação, atualizam diferenças contrastivas assimétricas e fixações imaginárias do “interior” para um “outro”.

A respeito da construção da identidade do “nativo”, daquele que carrega as credenciais de um grupo de pertença, afirma Edmundo Balsemão Pires que “a sua rêverie consiste na via transgressiva que o levaria do simbólico para o real, fazendo surgir uma tribo incontaminada, uma única irmandade” (p. 86). Diríamos que essa tendência não se verifica apenas entre as “minorias” – comunidades “endógenas” que reivindicam uma identidade cultural – ou nos grupos desenraizados – aqueles a quem David Miller chamou de os “estranhos no nosso meio”, referindo-se às novas vagas migratórias resultantes da fuga a conflitos, perseguições ou da procura de melhores condições socioeconómicas. Semelhante artifício não deixa de ser ensaiado por indivíduos das comunidades mais vastas, mormente unificadas em torno da ideia de nacionalidade autóctone, bem patente nas sobrevivências da ideia de um “corpo da nação” que se veria ameaçado por grupos étnicos

ou tribos que recorrentemente se consideram parasitários daquele. As operações de demarcação daquele grupo imaginário têm lugar com base nos esquemas contrastivos relativamente àqueles que supõe ter acolhido em seu território, gerando resistência ou indiferença face às suas reivindicações, incluindo as denúncias de práticas discriminatórias. Tal contraste com o tribal tem aí como referência interna uma alusão mais vaga à terra, aos símbolos religiosos, aos costumes ou a uma putativa “identidade” genética. Essas assunções de uma identidade monoétnica, simples e una, intocada pela miscigenação e salvaguardada dos efeitos da diferenciação funcional, revelam-se de modo mais flagrante como representações retroativas das ideias políticas de nação e povo que bebem do repositório semântico da cultura.

Neste âmbito, os dois últimos ensaios da obra de Edmundo Balsemão Pires apontam as limitações de uma grande diversidade de estudos culturalistas – incluindo as análises foucaultianas do poder, o pós-colonialismo e o neo-marxismo – que permanecem cativos na circularidade entre discurso e ação. A essas abordagens faltou discriminar e extrair as consequências da “dupla inscrição” do sentido nas temporalidades psíquica e comunicativa. É a não coincidência dessas temporalidades, *i.e.* a dissonância entre as fontes individual e comunitária do sentimento de pertença e a morfogénese comunicativa dos símbolos, que motiva as denúncias de um mundo desencantado.

O processo de constituição dos estados modernos pode ser lido como o de uma “imunização política” face ao alcance da fé e vivência religiosa nas suas decisões e no espaço público. A conceptualização filosófica da tolerância em Espinosa, em Locke ou em Bayle, teve como reverso uma privatização e contenção da consciência religiosa propiciada por novas orientações da devoção. Se depurado das suas associações a uma admissão altiva ou paternalista das crenças e práticas do outro, o conceito de tolerância relativamente às convicções de ordem religiosa é passível de uma reativação para o caso da cultura. Seguindo essa cuidadosa adaptação, Edmundo Balsemão Pires mostra como o conceito de tolerância pode vir a comportar as reivindicações culturais e a propiciar a coexistência pacífica entre diversas comunidades.

Procedendo da clarificação dos cerimoniais culturais, no último ensaio – As cerimónias culturais e a modelação cultural dos direitos – procura-se um modo de traduzir narrativas de auto-observação que reclamam direitos particulares, para o código do Direito das sociedades modernas. De modo análogo à libertação da leitura literal dos textos religiosos, os desafios à interpretação do legado cultural passam pela conjugação entre a função de memória, consistindo na curadoria dos elementos da sua tradição oral ou escrita como referentes persistentes de um grupo, e a capacidade adaptativa. Isso pode incluir, segundo Edmundo Balsemão Pires, “aproveitar os ambientes cerimoniais como revelações simbólicas para fazer parecer aos outros o que eles acham adequado para a conservação da sua identidade” (p. 123).

Entre as manifestações da atração exercida pela semântica cultural na sociedade atual, Edmundo Balsemão Pires aponta o modo como os meios de comunicação de massas tendem, de acordo com os seus próprios fins, a recorrer aos binarismos

culturais e a exacerbá-los. Ao tomar a cultura como entidade dada, tangível e magicamente atualizada, capaz de esgotar os predicados que permitem definir grupos e indivíduos, (n)os *mass media* podem encenar(-se) os “choques de culturas”. A partir dessa constatação em *Esquemas Culturais* é prognosticada uma generalização das leituras de uma grande diversidade de conflitos segundo a semântica da cultura: “[m]obilizando a dramaturgia do terror dos meios de comunicação de massas, o discurso cultural evoluiu para um discurso da violência étnica. Nestas circunstâncias, o mundo forjado pela comunicação dos meios de comunicação de massa será, cedo ou tarde, na imaginação dos crentes em culturas, o palco de uma luta cultural generalizada” (p. 132).

Esse modo de representação da cultura tem evidentes efeitos sistémicos na política e no direito, nomeadamente relativos à problemática inscrição de salvaguardas singulares em processos decisórios e nos códigos normativos com vista à atribuição de direitos especiais de cidadania ou nacionalidade.

O retorno da contestação à discriminação ou abuso de direitos com base na raça ou na etnia põe questões pertinentes quanto ao peso da cultura como fator de exclusão e reivindicação. Já a reavaliação de antigas figuras e feitos, nomeadamente aqueles que terão desrespeitado a autodeterminação e os direitos de povos indígenas, manifesta não só o poder reparador das narrativas identitárias como os perigos da retaliação cega. Em ambos os casos, torna-se claro que os esquemas culturais são uma forma já limitada de descrever a sociedade, a sua diversidade de comportamentos e os motivos que lhes subjazem.

Por fim, Edmundo Balsemão Pires reflete acerca do estatuto a conferir aos direitos culturais. Isso mesmo implica determinar o que a lei pode reconhecer não apenas quanto à riqueza dos bens culturais, mas também ao modo como os mesmos se podem constituir como fatores de exclusão. A sua proposta pugna pela prioridade dos direitos subjetivos, ainda que o direito ao sentimento, aos símbolos, narrativas e cerimónias da pertença grupal devam ser salvaguardados e regulados. De acordo com o autor, sob os prenúncios de uma sociedade pós-cultural, é a partir desse “sentido justo de pertença”, capaz de acomodar a liberdade crítica, que se deverá encetar o diálogo intercultural.

Esquemas Culturais desafia a considerar a cultura para lá dos modelos assentes nos pressupostos de uma essência ou identidade prévia e objetivamente dada. É a partir desse exercício epistémico, atendendo às instanciações psíquica e comunicativa dos esquemas culturais, que é possível repensar o valor da cultura e os seus direitos na sociedade moderna.

Cláudio Alexandre S. Carvalho

Instituto de Filosofia – Universidade do Porto

Email: kraftcasc@gmail.com

ORCID: 0000-0002-8981-6481

DOI: https://doi.org/10.14195/0872-0851_58_8